

O GOLPE DE 2022 NO CAMPO DO DISCURSO: PALANQUE DE ENUNCIÇÃO E PROCESSO HISTÓRICO

*LE COUP D'ÉTAT DE 2022 DANS LE CHAMP DU DISCOURS:
 PLATEFORME D'ÉNONCIATION ET PROCESSUS HISTORIQUE*

Rodrigo Oliveira Fonseca¹

RESUMO: O presente ensaio identifica a estrutura básica (ou "núcleo motor") dos enunciados narrativos de Jair Bolsonaro que apontam para a não realização de eleições em 2022. Em uma abordagem histórica e discursiva, investiga fatores sociais e textualidades que, não sendo realizadas na cadeia significativa daqueles enunciados, configuram as próprias condições de produção desse discurso golpista. Chega-se ao entendimento de um jogo disjuntivo assimétrico entre enunciação e discurso, entre uma defesa de atitudes democráticas (palanque de enunciação) e um alerta/ameaça de ruptura inexorável no horizonte histórico (historicização), entre aquilo que o enunciador precisa dizer e aquilo que os interlocutores precisam entender.

Palavras-chave: Discurso; Jair Bolsonaro; militares; golpe de Estado; Eleições.

RÉSUMÉ: Cet essai identifie la structure de base (ou «noyau moteur») des déclarations narratives de Jair Bolsonaro qui pointent vers la non-exécution des élections en 2022. Dans une approche historique et discursive, il examine les facteurs sociaux et les textualités qui, n'étant pas réalisés dans la chaîne signifiante de ces énoncés, ils configurent les conditions mêmes de production de ce discours putschiste. On arrive à la compréhension d'un jeu disjonctif asymétrique entre énonciation et discours, entre une défense des attitudes démocratiques (plateforme d'énonciation) et une alerte/menace d'une rupture inexorable dans l'horizon historique (historicisation), entre ce que l'énonciateur a besoin de dire et ce que les interlocuteurs doivent comprendre.

Mots-clés: Discours; Jair Bolsonaro; militaires; coup d'État; élections.

“Homem armado não ameaça”

(Carlos de Almeida Baptista Junior, Comandante da Aeronáutica, 2021)

1 As condições de produção do discurso golpista

Em ritmo de escalada, desde que Jair Bolsonaro assumiu a presidência em 2019, o tema do golpe de Estado e/ou da não realização de eleições vem sendo pautado e repercutido sem

¹ Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB.

maiores consequências. Em seu discurso de posse, no dia 1º de janeiro de 2019, Bolsonaro terminou fazendo uma afirmação que, somada a muitas outras que vieram depois, consubstancia um conjunto de ameaças de que o país não pode voltar a ser governado por pessoas e partidos identificados com a esquerda, sob o risco de golpe e guerra civil: “[a nossa bandeira] Só será vermelha se for preciso o nosso sangue pra mantê-la verde e amarela”.² Em evento com lideranças evangélicas no dia 28/08/2021, disse que só existiriam para ele três alternativas, ser preso, morto ou vencer as eleições de 2022, vindo a se “consertar” logo na sequência, tachando como “inexistente” uma das alternativas – justamente aquela mais factível atualmente, a da prisão pelos crimes de responsabilidade que cometeu.³ E se lhe resta a alternativa da “morte”, do prometido derramamento de sangue, como anunciado no discurso de posse, será preciso ter em conta as diversas vezes que interferiu no comando da Polícia Federal e das Forças Armadas. Esse é um fator central para que se trabalhe a equivocidade com que o presidente fala da principal das armas, “o meu [seu] Exército”, do mesmo modo como põe a trabalhar o *nonsense* de sua declaração de abril de 2022 em que afirma que o recém-empossado ministro da Defesa seria o ministro mais importante do seu ministério porque “tem a tropa em suas mãos. É o que, em última análise, poderá fazer o país rumar em direção à normalidade, ao progresso e à paz”.⁴

Em entrevista recente ao podcast Repertório/Xadrez Verbal,⁵ Celso Castro, importante pesquisador do militarismo brasileiro, chamou a atenção para os dois famosos tuítes publicados pelo general Eduardo Villas Bôas no dia 03 de abril de 2018,⁶ que teriam rompido mais de 30 anos sem manifestações políticas importantes de oficiais na ativa. Os tuítes foram divulgados pouco antes de o STF (Supremo Tribunal Federal) tomar uma decisão que resultaria na possibilidade de Lula ser ou não candidato nas eleições daquele ano. Celso Castro, como praticamente todos os analistas e comentaristas da imprensa brasileira, considera que aquelas postagens foram lidas de forma inequívoca como uma ameaça ao STF – o general mesmo diz ter sido apenas um “alerta”.

Na mesma entrevista em que o general Villas Bôas assim qualificou a manifestação, ele revelou que

O texto [dos tuítes] teve um “rascunho” elaborado pelo meu *staff* e pelos integrantes do Alto-Comando residentes em Brasília. No dia seguinte – dia da expedição –, remetemos para os comandantes militares de área. Recebidas as sugestões, elaboramos o texto final, o que nos tomou todo o expediente, até por volta das 20 horas, momento em que liberei o CComSEx [Centro de Comunicação Social do Exército] para a expedição [a postagem dos tuítes]. (CASTRO, 2021, p. 189)

² Analisei esse enunciado em Fonseca, 2019.

³ Essa fala pode ser lida aqui:

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/08/28/interna_politica,1300317/bolsonaro-diz-que-ha-tres-alternativas-ser-preso-morto-ou-ter-a-vitoria.shtml (Acesso 25 mar. 2022)

⁴Ver matéria de Hanrickson de Andrade, do portal UOL: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/04/05/em-fala-golpista-bolsonaro-diz-a-generais-que-tem-a-tropa-na-mao.htm> (Acesso em 07 abr. 2022).

⁵ O programa está disponível em <<https://xadrezverbal.com/?s=Celso+Castro>>

⁶ O primeiro: “Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais?”. O segundo: “Asseguro à nação que o Exército brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais.” Na madrugada do dia 05 de abril o STF rejeitou o pedido de habeas corpus do ex-presidente por seis votos a cinco e em 7 de abril Lula se entregou à Polícia Federal e foi preso.

Esse rito mostra o quanto aquela foi uma manifestação efetivamente institucional, gravidade ampliada ao considerarmos que não houve qualquer repreensão por parte do governo de Michel Temer. Villas Boas relata na entrevista que as forças armadas, àquela altura, vinham sendo pressionadas em prol de uma intervenção,⁷ “em dezenas de cidades, a população foi às portas dos quartéis para se manifestar, o que a mídia não noticiou” (CASTRO, 2021, p. 191). Curiosamente, o momento que ele considera ter sido o “pico” dessa demanda teria sido a greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio de 2018, quando efetivamente os militares saíram às ruas – para desbloquear as rodovias e acabar com a greve.

Os militares têm sido mobilizados para ações de segurança pública, estranhas ao seu papel constitucional, como nos 13 anos de atuação “pacificadora” no Haiti (2004-2017, contando com a atuação de oficiais brasileiros como os generais Augusto Heleno, Fernando Azevedo e Silva, e Carlos Alberto dos Santos Cruz, e o capitão Tarcísio Freitas, todos eles futuros ministros de Bolsonaro), nos 15 meses de “ocupação pacificadora” das favelas do Complexo da Maré no Rio de Janeiro (entre 2014 e 2015, incluindo o período da Copa do Mundo de Futebol), e na intervenção federal de 2018 no estado do Rio de Janeiro (comandada pelo general Braga Neto, que havia coordenado a segurança dos Jogos Olímpicos do Rio em 2016 e se tornou ministro-chefe da Casa Civil no governo de Bolsonaro e, atualmente, ministro da Defesa). Escrevendo ainda em 2018, Edson Teles considerou a intervenção federal no Rio de Janeiro o momento máximo da militarização do país desde a promulgação da Constituição de 1988. Os fluminenses tiveram, de fato, um governo militar por quase um ano, sob a justificativa de uma explosão de violência urbana quando o estado ocupava a 11ª posição em homicídios no país, e contando com uma votação no Congresso de 340 votos favoráveis à intervenção militar, contra apenas 72 contrários. (TELES, 2018, p. 69)

Desde 2015, em manifestações de rua e em redes sociais, as forças armadas recebem pedidos explícitos de intervenção no quadro político nacional. A jornalista Thaís Oyama lembra que em março 2018, em um único dia a conta oficial de WhatsApp do Exército recebeu quase 20 mil mensagens, “a maioria pedindo que os militares dessem ‘um jeito na situação do país’.” (OYAMA, 2020, p. 24). De certa forma eles deram um jeito, posto que foram feitas reuniões de urgência entre o alto oficialato das forças armadas, que resultaram no episódio já citado dos tuítes.

Com esse preâmbulo, quero enfatizar duas coisas: 1) que o discurso de golpe em 2022, golpe nas eleições presidenciais previstas, não se restringe aos enunciados em que Jair Bolsonaro e seus filhos o evocam como possibilidade, isto é, que esse discurso tem uma história recente muito mais densa e ampla; e 2) que os militares não são alheios a ele, tendo inclusive recebido uma espécie de reconhecimento e gratidão de Bolsonaro logo nos primeiros dias de governo, quando o presidente, em público, agradeceu dizendo “General Villas Boas, o que já conversamos morrerá entre nós. O senhor é um dos responsáveis por eu estar aqui”.⁸

⁷ Registro a pertinência de se investigar, no campo do discurso, o trabalho do significante *intervenção*, que há tempos alguns militares vêm preferindo ao clássico *revolução* para se referirem ao golpe de 1964 – o que pode ser visto nos depoimentos dos coronéis Amerino Raposo e Tarcísio Ferreira Nunes dados nos anos 1990 ao jornalista Hélio Contreiras (1998).

⁸ Uma notícia pode ser lida aqui:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/01/03/interna_politica,728701/pt-cobra-explicacao-sobre-frase-de-bolsonaro-a-general-villas-boas.shtml>. Vale acrescentar ainda a declaração que Villas Boas deu em novembro de 2018 dizendo que aquelas postagens visavam à manutenção da estabilidade política, já que “o agravamento da situação depois cai no nosso colo”, sendo melhor “prevenir do que remediar”, o que pode ser lido aqui: <<https://www.conjur.com.br/2018-nov-11/villas-boas-calculou-intervir-stf-hc-lula>>.

Ampliando mais a lente, é importante registrar que a formação social brasileira é fortemente marcada pela desigualdade e pela violência, convivemos há décadas com chacinas policiais e balas perdidas em comunidades marginalizadas, de modo que a vida, o espaço público e o bem comum têm baixíssimo valor no Brasil, o que vemos e sentimos nas mortes por covid-19, como também no fato de que há muito tempo, mas particularmente entre 2015 e 2019, de acordo com levantamento feito pelo Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos,⁹ 174 ativistas políticos foram executados no Brasil, um a cada oito dias. Por essa estatística, fomos o segundo pior país do mundo para se lutar por conquistas sociais, ficando apenas atrás da Colômbia. Chico Mendes (sindicalista assassinado em 1988 no Acre), Galdino Pataxó (líder indígena assassinado em 1997 em Brasília), Dorothy Stang (missionária da Comissão Pastoral da Terra assassinada em 2005 no Pará), Elton Brum (sem-terra assassinado em 2009 no Rio Grande do Sul), Marielle Franco (vereadora assassinada em 2018 no Rio de Janeiro), Francisco Tukano (líder indígena assassinado em 2019 no Amazonas), são, infelizmente, apenas alguns nomes mais conhecidos nessa história, na qual cabe acrescentarmos as chacinas do Cabula (em 2015 na Bahia), de Pau D'Arco (em 2017 no Pará), e a do Jacarezinho (em 2021 no Rio de Janeiro), citando as mais recentes cometidas por forças policiais em serviço - e não por grupos de extermínio. Além disso, a venda de armas de fogo cresceu a níveis jamais conhecidos no Brasil, tendo ultrapassado a casa de um milhão em poder de civis. E assim acrescento uma terceira sinalização a esse preâmbulo: o discurso de golpe em 2022 ecoa em um quadro social marcado por violências e soluções de força recorrentes contra populações periféricas e militantes políticos de esquerda. No Brasil, “a forma violenta de sociabilidade configura-se no senso comum como a normalidade. (TELES, 2018, p. 67)

Se Jair Bolsonaro não representa a instituição militar como um todo no Brasil, podemos dizer que ele representa sim, e muito bem, uma de suas facetas mais conhecidas em nossa história, que marca a própria instituição da república e que é, justamente, a da intervenção dos militares no quadro político nacional. Por pouco não foi expulso do Exército por insubordinação e organização de um atentado em dependências militares, sendo em razão disso considerado um “mau militar” por Ernesto Geisel (D'ARAUJO; CASTRO, 1997), e em 1991 foi proibido de entrar “em qualquer dependência militar do Rio de Janeiro, sob o argumento de que ele era ‘má influência’ para os soldados” (OYAMA, 2020, p. 33). Seu governo representa o segmento das forças armadas que era contrário ao fim da ditadura e foi neutralizado por Geisel no processo de transição lenta e gradual (e limitada) para a democracia - o conjunto de soldados e oficiais ditos da “linha dura” que melhor representavam a prática da tortura contra esquerdistas, com base na ideologia do inimigo interno da Doutrina de Segurança Nacional (CONTREIRAS, 1998; TELES, 2018), e que apoiava o general Adyr Fiuza de Castro, figura de destaque na montagem e manutenção da repressão política, e o seu amigo, o general Sylvio Frota, autor de um livro de memórias intitulado *Ideais traídos*, no qual Geisel é considerado um militar de esquerda (FROTA, 2006).¹⁰ Não por acaso Jair Bolsonaro se cercou de pessoas e referências que foram diretamente ligadas a Frota: Major Curió, Coronel Ustra e (o então) Capitão Heleno.

Por tudo isso, entendo ser urgente e necessário compreendermos o motor e a estrutura narrativa que - de modo lacunar, errático e elástico - constitui no campo do discurso e da aceitabilidade retórica e política, um golpe a ser dado em torno das eleições presidenciais no

⁹ Pesquisa coordenada por Mary Lawlor. Uma notícia desse relatório pode ser lida aqui: <<https://brasil.un.org/pt-br/153143-brasileiras-defensoras-de-direitos-humanos-se-encontram-com-relatora-especial-da-onu-mary>>.

¹⁰ O livro começou a ser escrito em 1978, mas só foi publicado dez anos após a morte de Frota, ocorrida em 1996. Celso Castro e Maria Celina D'Araujo, que apresentam a obra, dizem que ela é “uma das expressões mais acabadas e extremadas do anticomunismo no Brasil”. (FROTA, 2006, p. 13)

Brasil de 2022. Minha abordagem de “narrativa” busca seguir a *crítica da economia narrativa* de Jean-Pierre Faye em seu estudo das linguagens totalitárias, crítica essa que visa “penetrar nas transformações da narração e de sua distribuição circular” (FAYE, 2009 [1972], p. 36). Passando pelo paradoxo fundamental da palavra *história*, o fato de que em muitas línguas ela ao mesmo tempo designa um processo ou ação real e o relato desse processo ou ação real, Faye chega à consideração de que, no relato histórico, *enunciar é produzir*. Em meio aos relatos e disputas internas do nazismo na Alemanha desde os seus primórdios, Jean-Pierre Faye apresenta a *Volk in Werden* (O Povo e seu Vir a Ser), uma das revistas que atuaria no mais baixo dos níveis intelectuais prosseguindo a narração sobre uma pretensa desigualdade das raças humanas. Um dos enfrentamentos da revista se dava contra o pensamento de Heidegger e a filosofia grega do Logos, que, reprimindo o pensamento mítico, teria inaugurado um longo período de niilismo na história. A crítica e o julgamento do Logos seriam responsáveis pela “repressão e violação do mito” e seus relatos, subordinados que estariam ao formalismo e à decisão entre o verdadeiro e o não-verdadeiro. Toda a discussão sobre *fake news* pode ser puxada por aqui, mas sigo com Faye (2009 [1972], p. 17), para quem

Raramente foi mais peremptoriamente afirmado que uma ideologia regressiva se manifestava como um *enunciado narrativo* colocado a priori fora da distinção “entre verdadeiro e não-verdadeiro” sob o pretexto característico de ultrapassar sua *repressão* pelo Logos ou a *ratio*. Que uma ideologia proclame assim ter-se “insurgido contra o Logos” (“aufgestanden gegen Logos”) para retornar ao estado, pretensamente reprimido, em que não há *enunciado verdadeiro*, é precisamente o que confere aos textos do absurdo Krieck [coordenador da revista], a despeito de sua indigência intelectual, um valor de indício.

Em outro texto, Faye comenta o enunciado de Hitler, de 1923, em uma cervejaria de Munique: *A Revolução nacional começou*. Não havia qualquer revolução nacional em curso àquela altura na Alemanha, mas sim certas cadeias de enunciados e relatos narrativos como esse que iam se avolumando, ganhando corpo, se entrelaçavam, reforçaram e acabavam trabalhando e retornando sobre o real histórico. Isso que não passava de uma farsa em 1923, dez anos depois, em 1933, se tornava uma massa de efeitos materiais, emoldurados com um conjunto de enunciados que respondiam não somente à crise política e econômica do pós I Guerra Mundial na Alemanha, mas ao conjunto de ideias e forças progressistas e igualitárias despertadas na revolução francesa de quase 150 anos antes. (FAYE, 2016 [1980])

2 A narrativa golpista

Tendo apresentado elementos fundamentais das condições de produção do discurso de golpe em 2022, isto é, elementos do quadro histórico, social e textual no qual os sentidos do discurso golpista *pegam*, se sustentam e se difundem, cabe indicar onde a sua estrutura narrativa começa a ser tecida e testada. Pergunto: onde localizamos o imaginário ponto zero, o ponto de partida, o “*Era uma vez*” desse discurso? Era uma vez o quê? Poderia buscar esse marco na constituição ideológica do autoritarismo policial a partir da década de 1920 no Brasil (PEDROSO, 2005), no imaginário anticomunista que começa a se instituir no mesmo período (MARIANI, 1998; MOTTA, 2002), no Estado Novo e na Doutrina de Segurança Nacional (NEGRÃO, 2005; REZNIK, 2004), mas pelas análises que tenho feito concordo com João

Cezar de Castro Rocha (2020), que destaca a centralidade, para o bolsonarismo, do suposto “aparelhamento das instituições nacionais no decurso do que seria a quarta tentativa de tomada do poder pela esquerda no Brasil, a mais perigosa de todas”, iniciada de forma impressionantemente ardilosa durante o regime militar de 1964-1985, na esteira das derrotas política e guerrilheira. Essa narrativa ganha corpo a partir de um projeto secreto desenvolvido na década de 1980 por parte daqueles oficiais do Exército contrários ao fim da ditadura. É o *Orvil*, que mais do que a inversão da palavra *livro*, buscou inverter as denúncias exaustivamente documentadas de um sem-número de violências cometidas nos porões da ditadura. Orvil, esse contra-livro, contra-denúncia, é uma peça central na disputa pela memória promovida pela extrema-direita brasileira em relação à nossa última ditadura. (ROCHA, 2020)

O entendimento de que as instituições da república são controladas pela esquerda – característica que sustenta e especifica o discurso golpista aqui analisado – era compartilhado por Olavo de Carvalho, que foi o “Steve Bannon do bolsonarismo”, e que, no fundo, representou bem mais que isso, dado seu papel formativo junto à nova geração de extrema-direita no Brasil. E a comparação entre os governos Trump e Bolsonaro é de fato pertinente, sobretudo no que diz respeito à indicação de ministros que não tinham outra missão que não fosse a destruição dos programas, orçamento e estruturas de suas pastas. Na gestão Trump buscava-se colocar “pessoas em posições de poder que sejam hostis às instituições às quais elas mesmas servem, que trabalharão para impedir o funcionamento normal da própria instituição” (TEITELBAUM, 2020, pp. 105-106). Tratava-se, por incrível que possa parecer, de um pragmatismo: com essa destruição pretendia-se eliminar obstáculos para que a sociedade fosse mais firmemente empurrada para trás, para um passado idealizado, sem o aparelhamento do Estado e das principais instituições (como a educação, a imprensa e a mídia em geral) por indivíduos e pautas consideradas esquerdistas, globalistas, antipatrióticas que desvirtuam os valores da nação e ameaçam a liberdade do povo brasileiro.

Duas falas distantes no tempo pontuam bem esse imaginário sobre a imprensa. Uma, a do general José Luiz Coelho Netto, quando, no dia seguinte ao jogo Brasil 2x1 União Soviética pela Copa do Mundo de 1982, no início de uma coletiva de imprensa, surpreendeu os jornalistas dizendo “Ganhamos de vocês ontem!” (CONTREIRAS, 1998, p. 56). Outra, de Jair Bolsonaro, em 2017, em entrevista para Marcelo Godoy, do Estadão, avaliando que sua campanha eleitoral no ano seguinte seria barata, porque “vocês (jornalistas) vão bater tanto em mim, que vocês vão fazer minha campanha, porque ainda existe um viés de esquerda em muito colega seu”.¹¹

Olavo de Carvalho, que tinha forte influência sobre os filhos do presidente, esteve muito bem representado em dois ministérios de peso, o da Educação, no início do governo, e o das Relações Exteriores, até pouco tempo atrás. A política de destruição é pontuada por narrativas delirantes como a de que as universidades são lugares em que “as pessoas vão para fazer sexo e, se você tenta impedi-los, eles se revoltam, começam a chorar, dizem que você é um opressor” (TEITELBAUM, 2020, p. 228). Nessa entrevista, ele reclamou da timidez dos cortes orçamentários promovidos pelo governo no financiamento da cultura e da educação,

¹¹Essa entrevista é um dos melhores registros que já encontrei sobre o que podemos chamar de “bolsonarismo raiz”, capaz de tecer elogios ao patriotismo do presidente militar Hugo Chávez no início de seu governo (antes de sua formulação do “socialismo do século XXI”, e ao patriotismo de Aldo Rebelo, quando este ainda era do PCdoB, Partido Comunista do Brasil. Ou seja, um bolsonarismo anterior às adaptações feitas para favorecer seu entrosamento com o empresariado nacional e o liberalismo econômico. Ver em: <<https://infograficos.estadao.com.br/politica/um-fantasma-ronda-o-planalto/entrevista>>. E registro que o general da outra fala, que associou a imprensa à torcida pelo time da União Soviética, considerava que “os liberais são tão perigosos quanto os comunistas, porque subestimam o comunismo”. (CONTREIRAS, 1998, p. 56)

insuficientes para acabar com as universidades que, como todas as instituições do país, serviriam apenas de fachada para a “fornicação”.

Configurado assim o aparelhamento e a corrupção das instituições públicas no Brasil, o governo insinua que não tem poderes suficientes, que não consegue governar, e por isso o povo – que elegeu um presidente conservador, patriota e crítico do sistema globalista das elites culturais sem pátria, sem Deus e sem vergonha – não tem a sua vontade respeitada pelos outros agentes e órgãos do Estado. Esse tem sido o contexto de justificativas para os pedidos de fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, acompanhado de faixas defendendo uma Intervenção Militar e slogans como “Eu autorizo”, que sintomaticamente não traz o preenchimento do verbo. Chegou a hora de quê? Autorizam o presidente a fazer o quê?

3 Análise de dois enunciados

Dentre os poderes o mais tensionado nesse processo tem sido o Judiciário – os pedidos de fechamento do Congresso cessaram a partir do alinhamento do governo com o “Centrão” e da eleição de Arthur Lira para a presidência da Câmara. Se nos primeiros meses do governo, em 2019, a democracia já foi enunciada como um regime tutelado e permitido a partir da vontade das Forças Armadas (FONSECA, 2019), em 2021 o governo sinalizou abertamente a possibilidade de não serem realizadas eleições em 2022 caso o sistema vigente de urnas eletrônicas não fosse substituído por um sistema de voto impresso: “Eleições, ano que vem, serão limpas. Ou fazemos eleições limpas no Brasil, ou não teremos eleições”, disse o presidente pouco antes de o projeto de alteração das urnas ser derrotado no Congresso.

Mais do que uma dentre as suas muitas declarações chocantes, esse enunciado sobre a não realização de eleições em 2022 merece destaque porque além da costumeira bravata, do tom farsesco, ocorreu poucos meses depois da invasão do Capitólio nos EUA, quando a vitória de Biden era questionada pelos eleitores de Trump e o último chefe de Estado a reconhecer a vitória de Biden, Jair Bolsonaro, vinha falando do risco de o mesmo problema acontecer no Brasil, com consequências muito piores.

Com estrutura sintática e funcionamento discursivo comuns, temos o enunciado de 7 de setembro de 2021, sinalizando uma escalada, dirigido contra o Supremo Tribunal Federal e particularmente contra um dos seus juizes, que tem conduzido a investigação de lideranças civis do golpismo bolsonarista: “Ou o chefe desse poder enquadra o seu, ou esse poder pode sofrer aquilo que não queremos!”

As disjuntivas de tipo condicionante¹² do tipo *ou dá ou desce, ou faz o que pedimos ou vai sofrer as consequências*, trazem uma relação entre enunciação e discurso que comecei a investigar recentemente e que, para os fins deste breve ensaio, cabe dizer que elas trazem no lugar do segundo termo das disjuntivas, no lugar das alegadas consequências, uma suposta objetividade do processo histórico em curso, aquilo que na Alemanha de 1923 era a farsa da revolução nacional iniciada-enunciada:

Quadro 1

¹²De tipo condicionantes porque não funcionam como disjuntivas do como *Açúcar ou adoçante?* (À qual se pode responder “Só café mesmo”).

Ou fazemos eleições limpas no Brasil,	ou não teremos eleições.
Ou o chefe desse poder enquadra o seu,	ou esse poder pode sofrer aquilo que não queremos!
AGÊNCIA/MARGEM DE ESCOLHA	CONTINGÊNCIA/INEXORABILIDADE
PALANQUE DE ENUNCIÇÃO	PROCESSO HISTÓRICO

Frente à consideração de que a primeira parte dessas disjuntivas representaria um espaço de escolha, atitude ou ação dos interlocutores/alvos do discurso, é preciso observar que não se trata bem de uma escolha, dado o caráter estruturalmente assimétrico entre as duas partes: a segunda apresenta um acontecimento, uma contingência supostamente indesejável no projeto enunciativo assumido pelo discurso golpista na primeira parte. Assim, em vista de uma estratégia do dizer, de um *palanque de enunciação* (FONSECA, 2013a; 2013b), o interlocutor parece ser impelido ou a assumir a posição/atitude associada à primeira parte (o projeto enunciativo do discurso, eleições limpas, com voto impresso, boa ordem jurídica, sem perseguições políticas) ou a aceitar as consequências por não assumi-la, conforme a modalidade explicativa da segunda parte da disjuntiva. Chamo de *palanque de enunciação* a essa estratégia discursiva para ressaltar o trabalho que visa interditar determinadas capturas pelas discursividades em confronto: o enunciador se projeta como defensor de eleições limpas (não é, em princípio, contra a realização de eleições); se projeta como defensor da boa ordem jurídica (não é contra o STF, apenas reage a abusos de alguns de seus ministros). Dessa forma, busca legitimidade em uma *cena discursiva* (INDURSKY, 1997, pp. 134-141), constituída por uma interlocução discursiva, uma interlocução face à história, aos seus apoiadores, à oposição, à mídia hegemônica, às instituições e seus representantes, publicamente chamados à responsabilidade por seus atos.

Em “ou não teremos eleições” não existe agência marcada, o sujeito não é responsável por não *ter eleições*, no discurso ele é antes vítima disso. O contrário acontece em “Ou fazemos eleições limpas no Brasil”, em que, ainda que o agente seja a Justiça Eleitoral, ela é posta como representação da coletividade de nós, os brasileiros, que podemos (e devemos) fazer eleições limpas em 2022.

Já em “ou esse poder pode sofrer aquilo que não queremos”, a agência aparece apenas para se esquivar de qualquer responsabilidade e, mais ainda, de qualquer vontade ou gosto de que o resultado (inexorável, contingente) seja esse, tenha de ser esse.

Importante acrescentar que em relação a esses relatos do futuro, enunciados de outra ordem se associam, como o já referido “Eu autorizo”, puro agenciamento, pura ação enunciativa sem substância textualizada,¹³ e um outro enunciado que é o oposto em termos de uma suposta externalidade ao projeto enunciativo, um horizonte inexorável: a fala de um dos filhos do presidente, de maio de 2020, referindo-se a uma ruptura institucional por causa dos inquéritos judiciais contra as lideranças bolsonaristas que organizam manifestações golpistas. Eduardo Bolsonaro disse o seguinte:

¹³Ao dizer dessa forma, “não textualizada”, não digo que não haja materialidade discursiva, que não haja constituição de referência para o dizer. Afinal, as condições de produção desse enunciado, sua interlocução discursiva, sua historicidade, fazem com que - por exemplo - este não seja o mesmo “Eu autorizo” no formulário preenchido pelos responsáveis pelo estudante que quer participar do passeio com a turma da escola.

Entendo quem tem uma postura mais moderada pra não chegar *um momento de ruptura, um momento de cisão ainda maior*, eu entendo. Mas falando bem abertamente, opinião de Eduardo Bolsonaro, *não é mais uma opinião de se, mas sim de quando isso vai ocorrer*. E não se engane, as pessoas discutem isso. Porque a gente estuda história, a gente sabe que ela se repete. Não chegou de uma hora pra outra a ditadura na Venezuela. [...] temos que pontuar, deixar a sociedade ciente do problema e depois tomar algumas atitudes. (grifos meus)

A narração e sua distribuição mantêm aquele ponto zero, o de que as instituições da república são controladas pela esquerda, sendo acrescido agora pela experiência de governo o entendimento de que a vitória eleitoral de Bolsonaro não lhe deu poderes suficientes para alterar esse quadro. E não pode ser menosprezada, na constituição, sustentação e circulação desse discurso (que não é o discurso autoritário e anticomunista “de sempre”, mas aquele de uma frustração com os ideais traídos e as oportunidades perdidas de 1964 a 1985), a importância dos significantes de *democracia, liberdade e respeito* à família e às instituições nacionais. É em torno deles que se constitui o palanque de enunciação que legitima o golpe. Em agosto de 2021 Bolsonaro disse que não deseja nem provoca ruptura, mas que “tudo tem um limite em nossa vida”:

Uma pessoa ou duas tentam perverter a ordem pública com medidas arbitrárias, medidas revanchistas extrapolando aquilo que seria seu direito, passando por cima até mesmo do seu compromisso de zelar pela Constituição brasileira. *Nós não podemos admitir isso*. Quando um presidente de um TSE [Tribunal Superior Eleitoral] desmonetiza páginas de apoiadores do governo ele abre brecha para que presidente de TRES [Tribunais Regionais Eleitorais] façam a mesma coisa para defender seu respectivo governador. *Isso não é democracia*. A liberdade de expressão tem que valer para todos [...]. *Temos um presidente que não deseja e nem provoca rupturas, mas tudo tem um limite em nossa vida. Não podemos continuar convivendo com isso.*¹⁴ (grifos meus)

Deve ser lida, uma vez mais, a interlocução discursiva, interlocução face à história, que chama os representantes dos outros poderes à responsabilidade pelos seus atos. Responsabilidade essa que o projeto enunciativo do enunciador busca colar no discurso do golpe, na sua justificativa histórica premente. Temos, de um lado, aquilo que o enunciador precisa dizer para se constituir enquanto sujeito democrático, que zela pela Constituição, seu palanque de enunciação, e de outro, temos aquilo que os interlocutores precisam entender, o limite prestes a ser rompido, a ruptura eminente no horizonte histórico.

4 O golpe no campo do discurso (considerações finais)

É assim que o discurso do golpe em 2022 vem respondendo às crises que ele próprio

¹⁴Essa declaração, feita em meio a um encontro com líderes evangélicos, pode ser lida aqui: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/08/28/interna_politica,1300317/bolsonaro-diz-que-ha-tres-alternativas-ser-presno-morto-ou-ter-a-vitoria.shtml>

produz, buscando produzir efeitos materiais, históricos, a partir da mobilização de fracassos e frustrações políticas alimentadas de forma constante, ritual, marcial. A preparação subterrânea de crises visa favorecer estados de exceção, medidas de força, lógicas de guerra total, sem regras.¹⁵ Nesse sentido, é importante uma declaração de Bolsonaro na entrevista citada na nota 7. Referindo-se ao enfrentamento ao “terrorismo” da esquerda durante o regime militar ele diz: “Esquece esse negócio de regra para a guerra. Em combate, em guerra, não tem regra. É regra não ter regra. Isso aí é combate”. É qualificando também a esquerda parlamentar e os movimentos sociais de sem-terra e sem-teto como *terroristas* (“o governo Lula e Dilma preencheu com terroristas”) que diz que proprietários rurais devem ter fuzis para atirar na testa de sem-terras ou que a petralhada vai ser metralhada ou que professores que discutem gênero em sala de aula devem ser “levados para a ponta da praia”, em referência a local de execução de presos políticos no Rio de Janeiro no regime militar. Nesse discurso um esquerdista é um terrorista e um terrorista não é um adversário político. Não é nem mesmo um inimigo, já que não se pode, com estes, travar uma guerra convencional:

A prova maior de que tratamos bem os inimigos é a Segunda Guerra Mundial. A divisão alemã decidiu se entregar para nós, após fazer três condições. A guerra de guerrilha é um negócio diferente. A covardia impera do lado de lá. Quando Bin Laden articulou para pôr abaixo as torres gêmeas teve quase três mil mortos. Ele não estava preocupado se tinha velho, criança ou mulher.

A construção discursiva *disso* que não pode ser admitido, que não pode ser tolerado no discurso golpista, passa por essa projeção e circunscrição de uma ameaça covarde e ardilosa à vida e à liberdade. O fato de que esse discurso professa uma insurgência análoga àquela do nazismo contra o Logos, contra a “repressão e violação dos mitos” e contra o “formalismo” (tido por arbitrário) da separação entre o verdadeiro e o não-verdadeiro, só faz com que o momento político seja ainda mais perigoso, por ser mais frágil a narrativas que, a seguir, passem a estabelecer o momento para ação, a hora e a justificativa mais precisa para o golpe.

Penso que o núcleo motor desses enunciados narrativos, com essa estrutura narrativa, conta sempre com um agenciamento conjuntural e uma historicização. Não se trata de *um enunciado* que vai sendo parafraseado, mas realmente de uma estrutura narrativa na forma de um jogo disjuntivo assimétrico entre enunciação e discurso, entre o que se diz e o que se entrediz jamais dizendo “golpe” ou “ditadura”. Esse motor conta com um agenciamento “qualquer” de um lado, com uma ação enunciativa cuja referência e substância é secundária (já foi o “voto auditável”, depois foi “um ou dois juizes arbitrários”), a despeito de nela se representar o projeto enunciativo assumido e agitado: eleições limpas, ordem constitucional e jurídica equânime, sem perseguições, etc. De outro lado, esse núcleo motor da narrativa no discurso golpista conta com aquilo que é apresentado como uma externalidade ao projeto, um problema histórico e objetivo a ser conhecido e resolvido, um horizonte inexorável do qual não poderemos escapar: a ruptura, a história que se repete, o problema que a sociedade precisa ficar ciente – “Quem avisa amigo é”, “É melhor prevenir que remediar”.

¹⁵Sobre a importância das crises, cabe lembrar o incêndio do Reichstag na ascensão do nazismo em 1933. Os comunistas foram acusados pelo incêndio do parlamento alemão e um jovem comunista holandês de 24 anos, Marinus van der Lubbe, foi guilhotinado no ano seguinte, sob a acusação de ter sido o executor. Postumamente a justiça alemã declarou a inocência de der Lubbe em duas ocasiões, em 1980 e em 2008, demonstrando que foram os próprios nazistas que promoveram o incêndio. Sobre o julgamento de 1980, ver reportagem do El País: <https://elpais.com/diario/1980/12/31/ultima/347065204_850215.html>

Não tenho dúvidas, precisamos ficar cientes. O golpe no discurso é essa produção sistemática e retumbante de ameaças sob a simulação de simples alertas, como nos tuítes de um certo general.

Referências

- CASTRO, C. (org.). *General Villas Bôas: conversa com o comandante*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.
- CONTREIRAS, H. *Militares: confissões - Histórias secretas do Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.
- FAYE, J-P. *Introdução às linguagens totalitárias: teoria e transformação do relato*. Trad. Fábio Landa e Eva Landa. São Paulo: Perspectiva, 2009 [1972].
- FAYE, J-P. Mesa Redonda Discurso, História-Língua. Trad. Cristiane Dias. In: CONEIN et al. (orgs.) *Materialidades discursivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016 [1980].
- FONSECA, R. O. Um olhar historiador sobre o trabalho com as formações discursivas: os palanques enunciativos. In: INDURSKY; FERREIRA; MITTMANN (orgs.), *O acontecimento do discurso no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013^a.
- FONSECA, R. O. Palanques de enunciação do movimento revolucionário baiano de 1798. In: SOBRAL; SANTANA NETO (orgs.), *Salvador em discurso: estudos discursivos*. Feira de Santana, BA: UEFS Editora, 2013b.
- FONSECA, R. O. A democracia e o nosso sangue: paráfrase e compreensão das referências. *Cad. Letras UFF*, Niterói, v. 30, n. 59, pp. 263-277, 2019.
- FROTA, S. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- INDURSKY, F. *As falas dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Unicamp, 1997.
- MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Unicamp, 1998.
- NEGRÃO, J. H. B. *Selvagens e incendiários: o discurso anticomunista do governo Vargas e as imagens da Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Fapesp, 2005.
- OYAMA, T. *Tormenta*. O governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- PEDROSO, R. C. *Estado autoritário e ideologia policial*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Fapesp, 2005.
- REZNIK, L. *Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- ROCHA, J. C. C. *Guerra cultural e retórica do ódio (Crônicas de um Brasil pós-político)*. Goiânia: Caminhos, 2021.
- TEITELBAUM, B. *Guerra pela eternidade*. Trad. Cynthia Costa. Campinas: Unicamp, 2020.

TELES, E. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In: GALLEGO (org.), *O ódio como política. A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

Recebido em: 30/03/2022

Aceito em: 17/05/2022